

A Posição do Brasil sobre o Amianto Crisotila é: NÃO TER POSIÇÃO!

Fernanda Giannasi

*Coordenadora da Rede Virtual-Cidadã para o Banimento do Amianto
Membro-Fundadora da Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto*

Partia um silêncio mortal da delegação brasileira nas discussões da I Conferência das Partes da Convenção de Roterdã (COP1/2004), em Genebra, sobre a inclusão do amianto crisotila na lista para Consentimento Prévio Informado (PIC)¹, apesar do comprometimento público anterior dos Ministros do Meio Ambiente (1999, 2001)^{2,3}, da Saúde (1999)⁴ e dos representantes do Ministério do Trabalho (2004)⁵ para banir o amianto do Brasil. O Brasil estava silencioso em 2004 e aparenta querer ficar silencioso novamente em outubro de 2006, quando este assunto for discutido na COP3. Este silêncio, vindo do 4º. maior produtor e grande exportador mundial de amianto é, no mínimo, suspeito.

Quando Luís Inácio Lula da Silva se tornou Presidente da República em 2002, o compromisso de banir o amianto de seu partido (o PT) e dos sindicatos se arrefeceu; sem dúvida, sob pressão intensa do poderoso lobby da indústria do amianto. Ao invés do banimento, o governo Lula instaurou uma comissão interministerial sobre o amianto com delegados de 7 ministérios, que recolheram provas e decidiram; isto é, depois de terem produzido um documento com 1.000 páginas, a grande decisão foi **de não decidir**⁶.

Esta política de **INATIVIDADE** continua sendo a postura oficial do governo, como foi relatado por algumas pessoas que participaram de uma reunião em Brasília, no dia 9 de setembro de 2006, para discutir a posição do Brasil sobre o amianto crisotila na próxima reunião em Genebra. É melhor deixar outros países, tais como: o Canadá, a Índia e o Cazaquistão esbravejarem suas objeções e, com isto, o Brasil ficar aparentemente neutro. Esta aparência de imparcialidade tranquilizará a indústria, mesmo que contrarie as vítimas do amianto, as quais muitas delas estarão doentes para votar nas próximas eleições de outubro de 2006. Enquanto muitos membros da ABREA se desligaram do Partido dos Trabalhadores, demonstrando a sua repugnância em relação à sua impotência perante o amianto; por outro lado, os lobistas da indústria continuaram mantendo seu apoio político e financeiro. É de conhecimento público que um seleto número de políticos a nível federal receberam doações dos defensores do amianto; em troca, os mesmos defendem o amianto crisotila brasileiro da publicidade adversa e atuam contra os movimentos que querem regular ou banir o seu uso. A “compra” do apoio destes políticos aliados tem atraído alguma cobertura das mídias nacional e internacional e recebido duras críticas do público em geral^{7,8,9}.

¹ Consentimento do país importador para receber produtos listados como perigoso à saúde humana.

² Em “Ministro decide proibir uso de amianto no País”, jornal “O Estado de São Paulo”, 29/7/1999.

³ Em “Amianto deve ser banido do país até 2003”, jornal “O Estado de São Paulo”, 11/3/2001.

⁴ Em “Pesquisa inédita vai mostrar se amianto tem impacto na saúde”, jornal O Globo, 24/1/1999.

⁵ Em “O governo vai banir o uso do amianto no país”, jornal “Folha de São Paulo”, Caderno Dinheiro, 28/3/2004.

⁶ Em “O governo vacila, a sociedade avança”, Revista Época, 363:50 2/5/2005. <http://revistaepocaglobo.com/Epoca/0,6993,EPT954475-1659,00.html>.

⁷ Em “Um mundo de coincidências: As relações entre congressistas e financiadores de campanhas eleitorais”, Revista Carta Capital, 348(XI), 29/6/2005.

⁸ Em “Lobby Mortal: Vida e Morte pelo Amianto”, Revista Época, Cadernos Negócios, 360:10-13, 11/4/2005, http://www.abrea.org.br/epoca_lobby_amianto.pdf.

⁹ Em “Asbestos Slow Death”, Documentário francês-canadês de Sylvie Deleule, produção das TVs Arte (França) e Radio Canada em Nov/Dez de 2004.

Segundo o presidente da ABREA, Eliezer João de Souza: "Desde a fundação da ABREA trabalhamos juntamente com cientistas e médicos na elaboração de estatísticas sobre o número de pessoas que contraíram doenças relacionadas à exposição ao amianto crisotila brasileiro. Na ausência de qualquer registro oficial nacional sobre as doenças relacionadas ao amianto, a ABREA documenta o impacto devastador que o amianto tem provocado no Brasil. Apesar das dúvidas do governo e da propaganda da indústria, o amianto crisotila brasileiro não é seguro!

É um fato deplorável, mas todavia verdadeiro, que há milhares de brasileiros com a saúde arruinada devido ao contato com o amianto no trabalho, em casa e no meio-ambiente. Não há "uso controlado do amianto no Brasil"; a crisotila brasileira não é nem "pura", muito menos "inofensiva". O amianto é um problema de saúde pública em escala colossal. A nível mundial, é considerado a maior catástrofe sanitária do século XX!

A Convenção de Roterdã é, portanto, um acordo multilateral relativo ao meio-ambiente muito importante para fornecer aos países informações explicativas sobre os riscos relativos ao uso de substâncias perigosas à saúde, tais como o amianto crisotila. Como vítimas do amianto, nós sentimos que a total divulgação sobre todos os riscos é um imperativo moral. A ABREA e o movimento mundial das vítimas do amianto acreditam que a inclusão do amianto crisotila na lista para o PIC deve ser aprovada como um assunto de urgência na COP3!"